

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO CONTINUADA

Jéssica Gonçalves Borges de Oliveira
Nº de Matrícula: 112790020B
Polo: Carandaí

Juiz de Fora
2019

JÉSSICA GONÇALVES BORGES DE OLIVEIRA

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO CONTINUADA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Professora Doutora Márcia Marin Vianna

Co-orientador: Professor Doutor Thenner Freitas da Cunha

Juiz de Fora
2019

JÉSSICA GONÇALVES BORGES DE OLIVEIRA

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Márcia Marin Vianna

Professor Doutor Thenner Freitas da Cunha

Professora Mestre Luciane Aparecida Nobre

Juiz de Fora
2019

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente á Deus, que por sua infinita bondade esteve sempre presente durante esta trajetória. Por me conceder saúde, força, determinação. Por me iluminar e derramar sobre mim suas bênçãos para a realização deste curso e finalização deste trabalho.

Agradeço a minha mãe Margarida, pelo incentivo, apoio, e pela dedicação em cuidar da minha filha e da minha casa nos dias mais difíceis.

Ao meu marido Eduardo, pelo carinho, paciência, companheirismo e pela compreensão nos momentos de estresse, ansiedade. A minha filha Amanda, que chegou ao finalzinho do curso para me encorajar e fortalecer ainda mais, aumentando o desafio de conquistar essa especialização.

Sou grata a todos os professores e tutores por me proporcionarem tanto aprendizado, contribuindo para minha profissão e enriquecendo minhas práticas. Principalmente ao meu co-orientador Thenner Freitas, que em tão pouco tempo, se mostrou dedicado, atencioso, oferecendo-me todo o suporte necessário para essa produção.

Agradeço ainda todas as colegas professoras que se dispuseram a contribuir com as etapas do curso, principalmente a última, da intervenção.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente se fizeram presente na minha formação.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e aplicar os conhecimentos adquiridos pelo curso de Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares de forma a intervir nas ações dos professores, colaborando para uma melhor atuação em relação aos alunos com deficiências, os com necessidades educativas especiais e todos os demais. Assim sendo, foi elaborada uma aula com intuito de informar, confirmar ou ressaltar os conceitos da educação inclusiva para as professoras de uma escola municipal de uma cidade do campo das vertentes em razão de vários estudos apontarem a necessidade de melhoria da formação inicial e de promoção de cursos de formação continuada a esse respeito, e também, do próprio reconhecimento da maioria deles em não estarem aptos para lecionar para esse grupo de pessoas. Além do mais, sabemos que a formação de professores e suas práticas reflexivas, influenciam diretamente no progresso dos alunos, pois através delas, aprendem a valorizar as diversidades, sendo “capazes de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar.” (PLETSCH, 2009), colocando em prática o processo de democratização da educação. Por fim, consideraremos as devolutivas das professoras de acordo com algumas questões previamente apresentadas, dando a elas a liberdade também, para mais ponderações que julguem necessárias.

Palavras-Chave: educação inclusiva; formação de professores; democratização da educação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO.....	7
3 DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO.....	8
4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA.....	9
5 OBJETIVO GERAL	10
6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO	10
8 CRONOGRAMA.....	11
9 RELATORIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.....	11
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
11 REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

O ensino nas escolas regulares da atualidade é considerado ultrapassado em nosso país, tendo em vista a sua organização e modelo tradicionalista voltado apenas para formação acadêmica, com conteúdos generalizados, massificadores, que não atinge de forma proficiente todos os alunos nela inseridos.

Faz-se necessário, porém, sua democratização total. Mudar suas ações excludentes e torná-la inclusiva, entendendo que não são os alunos que devem se adequar a escola, mas a escola realizar medidas diferenciadas de modo a assegurar a todos os alunos, independentemente das suas particularidades, efetiva participação, permanência e aprendizado, entendendo que o direito a educação é indisponível, ou seja, natural á todos, e não se pode permitir que haja discriminação, ensino á parte, para os mais e para os menos privilegiados, (MANTOAN, 2003) e que “é preciso romper definitivamente com a idéia do absoluto, do padrão homogeneizante de condutas e de corpos. Assumir a diversidade é, em suma, assumir a vida como ela é: rica e bela na sua forma plural de ser vida”. (MARQUES; MARQUES, 2003. p.15)

Para as pessoas com deficiências, uma parcela historicamente excluída não somente das escolas, mas da sociedade como um todo, é dado o direito á efetiva participação nas escolas regulares, com o objetivo de promover uma educação de qualidade para todos. Existem hoje várias leis, decretos, declarações, pareceres que garantem a elas o acesso ao ensino equitativo nessas instituições, já que o ensino exclusivamente em “escolas especiais” favorecia a segregação, bem como o preconceito e a discriminação dessas pessoas em meio à comunidade. Para Mantoan (2003) “Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”.

A Constituição Federal 1988 prevê em seu artigo 206 inciso I, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e no artigo 208, o dever do Estado com a educação na disposição do inciso III, “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino...”

A declaração de Salamanca de 1994, considerada uns dos principais documentos mundiais que visa à inclusão social, firma o compromisso de estabelecer uma educação de qualidade para todos, entendendo que “as crianças tem o direito a educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizado”, visto que cada criança

tem características próprias, com necessidades únicas, sendo assim, capaz de construir conhecimento.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96) além de garantir atendimento educacional especializado gratuito a esses educandos, preferencialmente na rede regular de ensino, no seu artigo 4º inciso III, e assegurar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, no artigo 3º, inciso I, garante também quando necessário, “serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (artigo 58, § 1º), além de “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (artigo 59, III).

E, por fim, é importante citar também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” entre outros “o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (artigo 28, II)

Portanto, para alcançar a inclusão nas escolas é necessário nos esforçamos para que haja uma modernização e reestruturação das mesmas, visto que “inclusão escolar implica numa reorganização estrutural da escola, de todos os elementos da prática pedagógica, considerando o dado do múltiplo, da diversidade e não mais o padrão, o universal.” (MARQUES; MARQUES 2003, p.12). Desse modo, os professores devem observar e refletir suas ações relacionando-as ao retorno que os alunos dão em relação á aprendizagem, e não atribuir o “fracasso” apenas aos alunos, como é comumente feito. Devem adaptar currículos, elaborar recursos, adotar práticas diversificadas, criar estratégias de modo a garantir a todos uma educação de qualidade.

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO

A inclusão escolar, apesar de ser um processo previsto na legislação e nas políticas públicas brasileiras há um bom tempo, não conseguiu se instalar de fato em nossas escolas regulares, devido há vários fatores, e entre eles, o despreparo dos professores em lidar com essa novo público que necessita de um ensino diferenciado, além de maior atenção e

disponibilidade deste profissional. Há falta de informação, estudo, conhecimento sobre a inclusão além de um distanciamento com a pessoa deficiente, bem como de seus familiares, o que não contribui para o processo. Percebe-se bastante o interesse tecnicista, prático, ágil por parte dos profissionais pesquisadores, e muitos discursos que resguardam essas pessoas do preconceito e exclusão e que muitas das vezes não são suficientes e/ou não surgem os efeitos que a inclusão propõe, sendo assim “a inclusão é um pretexto para que a escola se modernize e esteja capaz de atender às exigências da sociedade, que atualmente não admite preconceitos, discriminações, barreiras entre seres. (MATTOS, 2010.p. 12)

É preciso uma maior proximidade com esses alunos, relacionar, estar com eles, sermos sensíveis, fazer com que nos sintamos tocados por eles. Como podemos fazer para obtermos uma “experiência” com os alunos com deficiências e assim garantir uma verdadeira inclusão escolar?

3 DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO:

Ao começarmos a lecionar nas escolas regulares nos deparamos com alunos deficientes inseridos nas salas de aulas. Muitas vezes esses alunos são apenas integrados, fazendo-se cumprir as diversas leis que garantem a participação dos mesmos, mas que não asseguram sua permanência e muito menos seu aprendizado.

Geralmente, a gestão escolar, nos passa toda a responsabilidade da educação, se isentando de apoio, orientação ou participação na vida escolar desses alunos. Muitos professores não estão preparados e não sabem como trabalhar de forma a promover sua autonomia e desenvolvimento, já que na sua formação inicial não houve disciplinas que contemplasse essa área ou se houve não foram capazes de atender em sua totalidade, a saber, que a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos (LIBÂNEO 1998 apud PLETSCHE 2009)

Como então ensiná-los? Que recursos adotar? Como aproximar desse aluno? A falta de conhecimento sobre a deficiência, métodos, técnicas, currículos a serem adotados, as leis que prevêm a inclusão, e até mesmo a falta de apoio especializado, são algumas barreiras que impedem que os alunos com deficiências sejam sujeitos ativos no processo de ensino e, por conseguinte, o seu desenvolvimento quanto aluno e pessoa na sociedade.

4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA

Durante o tempo que lecionei nas escolas regulares, pude perceber uma resistência por parte de alguns professores em aceitarem os alunos com deficiências em sala de aula, sob a justificativa de que, além de não estarem preparados, eles seriam uma “carga” a mais, pois teriam que se dedicar em atender as particularidades deles, o que requeria mais tempo, considerando que a maioria tem dois cargos e em algumas vezes em escolas diferentes. Desse modo, não modificavam suas ações a fim de incluí-los no sistema educacional deixando-os a margem da classe.

Outros professores, até tinham intenção de ensiná-los de forma igualitária aos demais, mas não tinham preparo ou formação suficiente, que os embasassem de forma a suprir as necessidades do aluno com deficiência e se limitavam apenas a adotar currículo diferenciado, com auxílio dos professores de apoio, mas sem ter a certeza de que estavam agindo corretamente quanto a sua metodologia, considerando-a na maioria das vezes insuficiente, apesar de entender a diversificação curricular como um aspecto central para efetivar a inclusão e a escolarização de pessoas com deficiência intelectual, por exemplo, e que ela “diz respeito a modificações e estratégias organizadas pelos professores que tenham o objetivo de atender a demandas específicas dos alunos no processo de aprendizagem.” (PLETSCH, SOUZA, ORLEANS, 2017)

O ideal seria que os cursos de formação docente focassem mais nas questões inclusivas, promovendo disciplinas, palestras, eventos a essa destinação, somadas a “práticas reflexivas que favoreçam a práxis pedagógica” e, além disso, que fosse exigido aos professores a realizarem cursos de formação continuada de qualidade para fazer valer as leis de inclusão, pois “não podem deixar de fora a demanda de alunos com deficiência alegando não estar preparada para recebê-los” (MATTOS, 2010). Portanto, por esses e outros fatores, o que se vê hoje na maioria das escolas brasileiras é o processo de integração social e não inclusão educacional e social como é o propósito. Assim,

A simples inserção de alunos com necessidades educativas especiais, sem nenhum tipo de apoio ou assistência aos sistemas regulares de ensino, pode redundar ao fracasso, na medida em que esses alunos apresentam problemas graves de qualidade, expressos pelos altos índices de repetência, evasão e pelos baixos níveis de aprendizagem. (BUENO, 1999. p.13)

Contudo, vejo a importância de oferecer a alguns professores uma oportunidade para conhecerem o verdadeiro processo de inclusão e/ou reavivar, em outros, o desejo de trabalhar nesta perspectiva, visto que eles têm grande responsabilidade no sucesso da aprendizagem não somente dos alunos com deficiências, mas como de todos os alunos.

Incluir pessoas com necessidades especiais no atual contexto de precarização, não rompe por si só com o circuito da exclusão. Por isso, a proposta de inclusão não pode ser pensada de maneira desarticulada da luta pela melhoria e transformação da educação brasileira como um todo. (PLETSCH, 2009.p.153)

5 OBJETIVO GERAL

O objetivo deste estudo é desenvolver e apresentar uma aula que permita o conhecimento e a conscientização dos educadores de escolas regulares a lecionarem através de uma perspectiva de educação inclusiva, ou seja, trabalhar de modo a atender as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e também todas as outras que tenham necessidades educacionais sejam estas de ordem social, econômica, política, cultural, (GRASSI, 2008), oferecendo-as uma educação de qualidade, desenvolvendo suas potencialidades, tornando-os capazes de viverem em comunidade e de forma autônoma.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Pretende-se instruir ou reforçar sobre o ensino inclusivo na sala de aula regular, apresentando leis que sustentam e garantam essa posição. Relatar o tratamento que os deficientes recebiam na antiguidade, compreender o benefício da participação da família e o ensino colaborativo entre professor regente e o especialista, e, assim, contribuir com momentos de reflexão para ações inovadoras, criativas, além de estimulá-los a realizarem cursos de formação continuada de modo a se sentirem mais capazes para atender essa nova clientela.

7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO

A proposta é a elaboração de uma aula para os professores regentes e gestores da escola regular, com o tema “Educação Inclusiva” e enviar para as professoras que, após a leitura, darão o retorno, seguindo algumas perguntas de orientação:

- Qual foi seu sentimento quando solicitado a receber essa aula?
- O que você sabia sobre o assunto?
- Tem alguma experiência?
- Como é a inclusão na sua escola? (Há a participação da gestão/coordenação, família, como são orientadas, qual sua participação)
- A aula trouxe enriquecimento para seu trabalho?

Sendo livres para mais considerações.

A aula será redigida da seguinte forma:

- A pessoa com deficiência: Contexto histórico
- Legislação e políticas públicas para inclusão
- As Deficiências
- Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ensino colaborativo.
- Gestão e coordenação
- Papel da Família

8 CRONOGRAMA

- Desenvolvimento da aula - Março de 2019
- Disponibilidade da aula para as professoras- Abril de 2019.
- Elaboração do relatório de intervenção (redigindo meu TCC)- Abril e Maio de 2019.
- Apresentação do trabalho- Maio de 2019

9 – RELATORIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Levando em conta a precária formação de professores em relação à educação inclusiva, o próprio reconhecimento da incapacidade dos mesmos em atender alunos com

deficiências, e a heterogeneidade de alunos dispostos nas salas de aula regular, faz-se necessário um maior conhecimento e/ou aprofundamento destes sobre o assunto, já que são um dos agentes responsáveis pelo sucesso da aprendizagem dos discentes. Para Pletsch, essa formação, porém “deve também atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Para tanto, sugerimos que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática”. E complementa;

o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. (PLETSCH, 2009. p.6)

Além disso, a maioria dos professores desconhece a possível capacidade desses alunos em se desenvolverem e viver de forma autônoma, caso lhes ofereçam os recursos necessários.

O projeto de intervenção foi, então, uma forma de apresentar, reafirmar alguns conhecimentos sobre inclusão e estimular o desejo a buscarem informações periodicamente, com o objetivo de enriquecer sua formação e trabalharem de forma a incluir os alunos com deficiências, promovendo a participação, permanência e aprendizado dos mesmos.

A intenção inicial era a apresentação de uma palestra em uma pequena escola municipal do 2º período ao 5º ano do ensino fundamental, com aproximadamente cem alunos. Para tanto, entrei em contato com a gestora que disponibilizou marcarmos um dia para a apresentação, mas infelizmente não obtive retorno, apesar de insistir outras vezes. Não se sabe se foi por falta de tempo, devido ao cronograma da escola ou se por desinteresse mesmo. Por isso, optei como alternativa, a aula, assim, dialogava diretamente com as professoras sem a necessidade de separar esse tempo na própria escola, visto a dificuldade encontrada e o curto tempo disponível para a elaboração do trabalho.

A o material de estudo foi elaborado com base no próprio Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, tendo como referência os diversos textos utilizados nas disciplinas, entre outros artigos disponibilizados na internet. Teve como tópicos principais: A pessoa com deficiência: Contexto histórico, Legislação e políticas públicas para inclusão, As Deficiências, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ensino colaborativo, Gestão e coordenação e o Papel da Família.

- As pessoas com deficiência encontraram diversas formas de tratamento pela sociedade, ora de aceitação ora de extermínio ou abandono.
- Na era Neolítica, por exemplo, as pessoas viviam da caça e pesca e eram obrigadas a se locomoverem de forma constante de um local para outro. Assim, os com deficiências representavam um fardo e perigo para toda a tribo, sendo então abandonados.
- Sobretudo, esse não era o procedimento adotado em todas as culturas antigas, podendo-se apontar outro tipo de comportamento em relação à pessoa com deficiência: o de aceitação e até mesmo certo tipo de tratamento especial.

Fig. 1- Contexto histórico da pessoa com deficiência

ALGUMAS LEIS IMPORTANTES

- **Constituição Federal 1988** - prevê em seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206 inciso I, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e no artigo 208, o dever do Estado com a educação na disposição do inciso III, "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino."
- **Declaração de Salamanca de 1994** - considerada uns dos principais documentos mundiais que visa à inclusão social, firma o compromisso de estabelecer uma educação de qualidade para todos, entendendo que "as crianças tem o direito a educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizado",

Fig. 2- Legislação

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- **Surdez**
É uma seqüela causada por:
 - ✓ Doenças (congênita, meningite, rubéola durante a gravidez)
 - ✓ Acidentes ou impactos
 - ✓ Durante o parto ou pós-parto;
 - ✓ Hereditarismo;
 Dentre outros...
- **Graus de surdez**
 - ✓ Leve - entre 20 e 40 decibéis
 - ✓ Moderada/Média - entre 40 e 70 decibéis
 - ✓ Severa - entre 70 e 90 decibéis
 - ✓ Profunda - mais de 90 decibéis

Fig. 3- Conhecendo a deficiência auditiva.

- **Alguns recursos didáticos**
 - ✓ Recursos visuais: imagens, desenhos, gráficos, figuras, mapas, jogos e simuladores, vídeos de animação.
- **Libras**
 - ✓ É uma língua de sinais nacional pois conta com o reconhecimento social, cultural e legal.
- **Educação bilíngue**
 - ✓ Envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2). A
 - ✓ É regular, em Libras, integra as línguas envolvidas em seu currículo e não faz parte do atendimento educacional especializado. (RELATÓRIO, 2014)

Fig. 4- Recursos didáticos para deficiência auditiva.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E ENSINO COLABORATIVO.

AEE- Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

- ✓ Tem como público -alvo alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.
- ✓ Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. (MEC, 2008)

Fig. 5- Informações sobre AEE.

GESTÃO E COORDENAÇÃO

“Uma gestão escolar comprometida com reais valores democráticos, cujas decisões partem sempre da reunião e cooperação dos envolvidos na instituição escolar, facilita, de certo, à escola assumir a função definitiva a que veio, ou seja, lutar pela transformação social, a fim de garantir mudanças de atitudes e valores discriminatórios, possibilitando aos indivíduos a construção de uma sociedade inclusiva, que almeja a educação de qualidade para todos.”

- ✓ Visa ainda, conscientização e participação da comunidade, propiciando aos pais uma profunda reflexão sobre educação de seus filhos, contribuindo com a melhoria do ensino. (MATTOS, 2004)

Fig. 6- Informações sobre a gestão escolar.

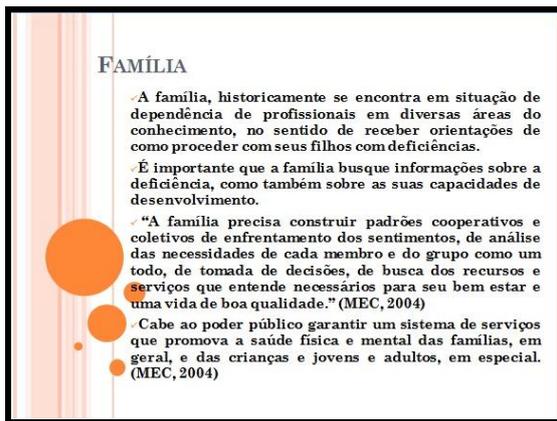


Fig.7- O papel da família.

Antes, porém, de falar sobre inclusão escolar é interessante saber, como essas pessoas eram tratadas, como viviam, qual o papel que exerciam na sociedade, compreendendo o seu processo histórico e a necessidade da elaboração das leis que dão á elas garantias para serem incluídas na sociedade e, por conseguinte, nas escolas regulares. Essas leis surgiram através de anos de lutas sociais pelo reconhecimento de pessoa “humana” dos deficientes e mais tarde pela promoção de uma educação de qualidade para todos. Como dizem Deimling e Moscardini (2012);

Falar sobre inclusão escolar não significa falar apenas sobre os documentos legais que fundamentam e institui metas e diretrizes para inclusão de todas as pessoas e, em particular, daquelas com deficiências no sistema regular de ensino, mas implica, igualmente, tratar sobre os movimentos sociais que, mesmo antes das iniciativas legais do poder público, tiveram como protagonistas os grupos organizados de pais ou mesmo de sujeitos com diferentes tipos de deficiências, que se reuniram com o objetivo de discutir propostas e planos de ação, visando á luta por seus direitos. (DEIMLING; MOSCARDINI, 2012)

Outro ponto essencial é o conhecimento das deficiências, como causas, sintomas, sequelas, e também as possibilidades de mediação, recursos, que podem ser feitos para desenvolver as capacidades desses alunos.

É preciso, primeiramente, reconhecer, acolher e compreender a diferença e, feito isso, possibilitar sua participação plena nos contornos pedagógicos, oferecendo-lhes o máximo de oportunidades, reconhecendo-os como sujeitos, concretos, porque presentes em nosso tempo e historia vinculados as práticas culturais e, portanto, plenamente capazes de efetivamente cumprirem a linha do desenvolvimento escolar, sem restrições, embora diferentes. (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013)

Compreendendo também a função das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o ensino colaborativo entre professores regentes e professores especializados, fundamentais para a manutenção do aprendizado.

É relevante ainda, considerar o papel da gestão e coordenação escolar, pois ao contrário que pensam algumas pessoas, eles também são responsáveis pelo aprendizado dos alunos com deficiências, e não somente o professor da sala de aula. E por fim, o papel importante que a família exerce, como na busca de informações pela equipe multidisciplinar no atendimento especializado, no conhecimento das leis e, por conseguinte, no saber dos direitos do seu filho, na participação da sua vida escolar e, na continuidade dos trabalhos realizados na sala de aula ou de AEE em casa, pois;

(...) o trabalho multiprofissional com a família é visto como um fator decisivo no processo de desenvolvimento global da criança com deficiência e indispensável desde o momento da constatação do diagnóstico, pois auxilia na construção do autoconceito e sua futura inclusão/ participação social (GLAT; PLETSCH, 2004 apud GUALDA; BORGES; CIA, 2013).

Após a elaboração da aula, contatei às cinco (5) professoras regentes e duas (2) professoras de disciplina específica, Educação Física e Filosofia, dessa escola municipal, oferecendo-as a aula de Educação Inclusiva sendo que, no final, me contariam a sua opinião, dúvidas, experiências e demais considerações sobre o tema. Para isso selecionei algumas perguntas de orientação, dando a liberdade para outras reflexões, caso desejassem. Das sete professoras apenas seis aceitaram receber a aula e uma, a professora de filosofia, não me deu resposta.

Assim sendo, enviei a aula por e-mail para as professoras nas quais tiveram um prazo de cinco a sete dias para retornar com suas observações. Apenas quatro delas, retornaram. Uma disse não ter tempo para ler a aula, visto a sua extensão, por trabalhar em dois turnos, e levando ainda trabalhos para casa, e, a outra, disse apenas que mandaria dias depois do esperado, mas não enviou, não deixando explicação.

“Penso que receber uma aula para analisar, seja iniciante ou professora veterana, gera apreensão, pois coloca em xeque nossos paradigmas. “Será que sou apta a fazer tal tarefa? Vou ajudar ou atrapalhar?”

Por outro lado, a curiosidade motiva. Procurar o que há de semelhança e diferença, descobrir uma possível solução ou ajuda em um tema complexo e às vezes até desconfortável e não esgotado.

Quanto a saber sobre o assunto, acredito na cansativa máxima de Sócrates; “Sei que nada sei.”

Sou professora por aproximadamente 19 anos, não tive turma homogênea, inclusive todas elas com aluno diagnosticado com TDH, além de outras deficiências.”

Professora A

Fig. 8. Depoimento Professora A

“A inclusão ainda é um tema muito controverso na prática, pois a escola é direito de todos, mas em sua maioria não nos fornece os meios necessários para se trabalhar com esses alunos. Não há formação docente nas escolas temos que aprender a trabalhar com esses alunos por conta própria, afinal a maioria dos profissionais “acima” de nós que deveriam nos dar o apoio pedagógico, sabe menos do que nós, ou só ouviram falar de práticas que poderiam nos ajudar, e nós é que precisamos adaptá-las de acordo com a realidade da turma, tendo em vista que não há professores de apoio para esses alunos em nossa rede municipal de ensino e o professor regente é quem precisa “ se virar sozinho”. A família também se encontra em sua maioria despreparada para receber esse filho e a parte educacional e social passa a ser responsabilidade somente da escola. Lógico que existe pais presentes, que buscam caminhos para ajudar seu filho, mas estes ainda são exceções em nossa realidade.”

Professora B

Fig.9- Depoimento Professora B

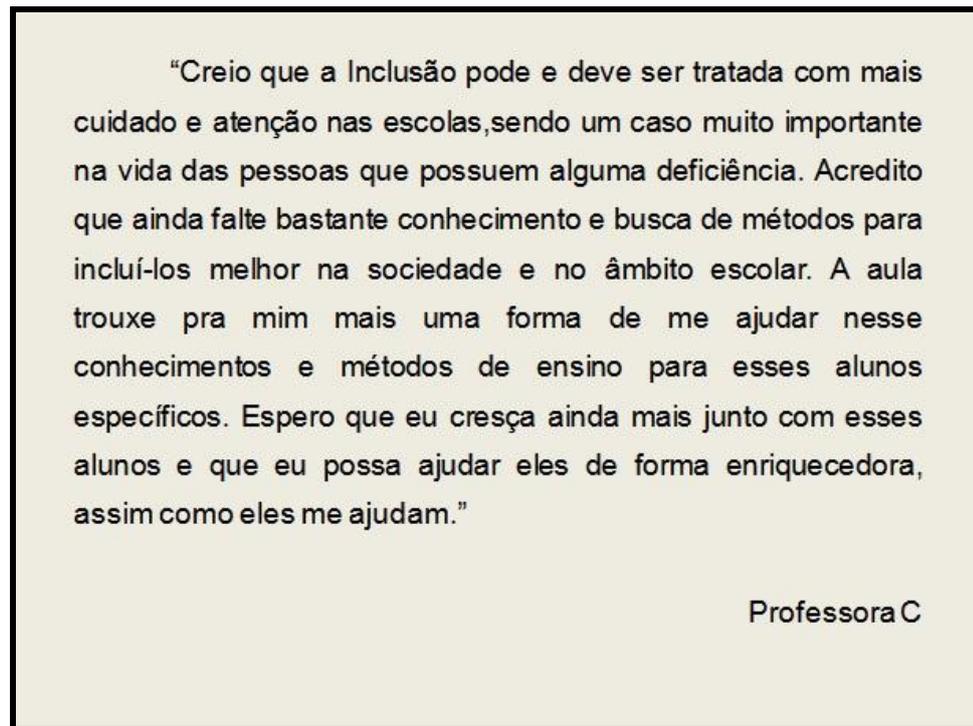


Fig. 10- Depoimento Professora C

As professoras declararam a importância do tema, no entanto, “um dos mais difíceis”, “complexo” e até “desconfortável apesar de não esgotado” e, mesmo já tendo estudado no curso de formação inicial ou continuada, entendem ser um assunto que deva ser tratado constantemente, pois há ainda muito que se aprender e desenvolver para que a inclusão realmente ocorra, além de ser uma forma de recordar e revivificar o desejo de pô-la em prática visto as leis, as soluções apresentadas e capacidade deles em aprender. Por esse motivo, se sentiram animadas e curiosas ao convite em receber a aula. Porém, uma delas disse ter ficado apreensiva, pois segundo ela, “coloca em xeque nossos paradigmas. Será que sou apta a fazer tal tarefa? Vou ajudar ou atrapalhar?”.

Contam também de suas experiências com alunos deficientes e das turmas heterogêneas que lecionaram e lecionam, tendo que trabalhar de forma diversificada, mas que infelizmente, nem sempre obtiveram sucesso, por falta de preparo, apoio da família ou da gestão escolar. Uma delas diz que, apesar da escola ser um direito de todos, em sua maioria não fornece os recursos necessários para trabalhar com esses alunos, e ainda;

Não há formação docente nas escolas, temos que aprender a trabalhar com esses alunos por conta própria, afinal a maioria dos profissionais “acima” de nós que deveriam nos dar o apoio pedagógico, sabe menos do que nós, ou só ouviram falar de práticas que poderiam nos ajudar, e nós é que precisamos adaptá-las de acordo com a realidade da turma, tendo em vista que não há professores de apoio para esses

alunos em nossa rede municipal de ensino e o professor regente é quem precisa “se virar sozinho”. (PROFESSORA 1º ANO)

Isso deixa claro, a falta de preparo, inclusive, da equipe gestora, e da disponibilidade em estudar e auxiliar os professores na questão inclusiva, podendo se dever ao fato de se dedicarem ao máximo em atender o “excesso de normas e regulamentos burocráticos desvinculados da realidade prejudicando todo o processo educacional” (MATTOS, 2004).

Sentem, além do mais, dificuldades para as adaptações de conteúdo e atividades que atendem as particularidades desses alunos, no pouco tempo para realização das pesquisas e estudos sobre a deficiência, em oferecer a atenção necessária para esses alunos e a superlotação das turmas.

Considero pertinente a fala de uma das professoras em que “as famílias, em sua maioria, não estão preparadas para receberem filhos com deficiências, deixando a responsabilidade social e educacional somente para a escola”. Acreditam que a família é super importante no processo, pois quando notificada pelas professoras sobre a possível deficiência ou déficit, devem encaminhar seus filhos para profissionais especializados para o diagnóstico e tratamento recomendado, sendo presente também nos assuntos escolares, auxiliando os professores no processo de aprendizado extraclasse. Outra professora diz que “o diferencial na vida de um aluno com necessidade especial é a FAMÍLIA, cujo interesse e presença trás segurança para criança e auxilia o professor a vencer os entraves colocados pelo sistema.”

Faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades. É importante que os profissionais desenvolvam relações interpessoais saudáveis e respeitadas, garantindo-se assim maior eficiência no alcance de seus objetivos. (MEC, 2004)

Após a absorção do material de estudo, elas concordam que, por ser cada vez mais comum salas heterogêneas, há necessidade de adaptação do currículo, desenvolvimento de atividades e avaliações diversificadas de modo a atingir todos os alunos. O material possibilitou também, discutir e refletir suas ações e as ações dos profissionais da escola em geral, e provocou o desejo de trabalharem na perspectiva inclusiva e buscar sempre conhecimentos através de cursos de especialização que lhes viabilizem e assegurem o desenvolvimento e desempenho de seu trabalho.

Elas concordam que estudar sobre educação inclusiva é o caminho para, além de aprenderem as técnicas, refletirem suas ações, renovando sempre a forma de ensinar,

buscando alternativas que supre todas as necessidades educacionais de seus alunos, contribuindo para a aprendizagem e autonomia dos mesmos, transformando a educação, favorecendo o fim da discriminação e preconceito contra essas pessoas.

10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto apresentado foi elaborado visto às dificuldades encontradas pela maioria dos professores em ensinar na proposta inclusiva, considerando as particularidades dos alunos. São muitos os impedimentos, dentre eles a ausência de disciplinas ou a insuficiência de informações que abordam essa questão nos cursos de formação inicial, ou ainda, a baixa oferta de cursos de formação continuada, fazendo que com os docentes não se sintam capazes de proporcionarem uma educação de qualidade aos alunos com deficiências.

A aula oferecida para as professoras de um município do campo das vertentes visa dar uma orientação e ou reforçar os conceitos já adquiridos pelas professoras, dando oportunidade de repensarem suas práticas, adotarem novas metodologias, criarem recursos que sejam capazes de suprir as necessidades desses alunos, tendo como foco as suas potencialidades, em busca de uma educação democrática.

É importante pensarmos também sobre o tempo restrito que alguns professores dispõem para investirem nesses cursos, devido ao trabalho em dois turnos e terem que dedicar boa parte dele, em casa, elaborando aulas e atividades e fazendo correções. Foi o que aconteceu com uma das professoras, que não conseguiu ler a aula. Existem, inclusive, as que não se interessam pelo assunto, por comodidade, já que a inclusão apesar de ser legítima não é cobrada ou fiscalizada dentro das escolas, além de exigir mais atenção e dedicação, ou seja, como muitos dizem, “mais trabalho”, ou mesmo por receio de não conseguirem trabalharem dessa forma, julgando ter pessoas mais capacitadas nas escolas especializadas, por exemplo. E, sem contar a desvalorização tanto financeira quanto cultural que essa classe sofre no nosso país.

Contudo, considero que o objetivo do projeto de intervenção foi alcançado, pois, além de possuir informações significativas sobre vários itens essenciais para inclusão, ofereceu momentos de reflexão, oportunizando novas metodologias para suas aulas, além de reforçar a necessidade constante de buscar conhecimento a esse respeito através de cursos de formação continuada, lembrando que, apesar de desafiador, a inclusão é possível.

11 - REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 24 março 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 13 de jun. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: A família**. Brasília, 2004. p.17

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, Política educacional e a formação de professores: Generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba, Editora UNIMEP, v. 3, n. 5, p. 7-26, set. 1999.

DEIMLING, Natália Neves Macedo; MOSCARDINI, Saulo Fantato. **Inclusão escolar: Políticas e marcos históricos, avanços e desafios**. 2012. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:M32ApXnNmEEJ:https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/9325/6177+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>> Acesso em: 12 jan. 2019

GRASSI, Tânia Mara. **A inclusão e os desafios para a formação de docentes: uma reflexão necessária**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1376-8.pdf>> Acesso em: 14 de ago. 2018.

GUALDA, Danielli Silva; BORGES, Laura; CIA, Fabiana. **Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 307-330, 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Moderna. São Paulo. 2003. p.1-50.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco. Do universal ao Múltiplo : os caminhos da inclusão. In: LISITA, Verbena M. S. de S.; SOUSA, Luciana Freire E. C. P. (orgs.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 223-39.

MATTOS, Graciele Fernandes Ferreira. **Gestão Democrática e inclusão escolar: Um possível diálogo**. Revista Educação em Foco. Juiz de fora, v.09, p.103-117. 2004

MILANEZ, Simone Ghedini Costa; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes. Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento. São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2013.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas, e resultados de pesquisas.** Educar. UFPR. Curitiba. 2009. n.33. p.143-156

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de; ORLEANS, Luis Fernando. **A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar.** Revista Educação e Cultura Contemporânea, Vol. 14, n.35. 2017.